

COMPRAS PÚBLICAS e SUB-ROGAÇÃO. Orientações sobre a Sub-rogação de processos de compras e contratos.

CONTRATAÇÃO DE TIC. MP publica guia para orientar contratação de serviços de tecnologia.

CONTINGENCIAMENTO
ORÇAMENTÁRIO. <u>Práticas de gestão</u>
pública em cenário de contingenciamento
orçamentário: um estudo exploratório em
uma instituição de ensino superior da

elaboração obrigatória do Plano Anual de Contratações pela Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

SUSTENTABILIDADE. Gestão ambiental e sustentabilidade: análise das práticas sustentáveis da Universidade Federal de Santa Maria.

GOVERNANÇA DE TIC. <u>Implementação</u> dos mecanismos de governança de tecnologia da informação em uma universidade pública.

MODELOS DE EDITAIS DA AGU. A

Advocacia-Geral da União atualizou os modelos de editais de licitação em seu site. Especificamente para as contratações de serviços, a utilização destes modelos é obrigatória, a teor da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

BOLETIM DO TCU. <u>Boletim de</u> <u>Jurisprudência n° 247.</u>

PROTEÇÃO DE DADOS. <u>As alterações na LGPD e a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.</u>

Pregão.

PROCESSO ELETRÔNICO e FALHA DE SEGURANÇA. <u>Atenção Servidor:</u> <u>Identificada falha de segurança no módulo</u> <u>de Pesquisa Públicas do SEI.</u>

REQUISIÇÃO DE SERVIDORES e
CONCILIAÇÃO ADMINISTRATIVA. Nota
Técnica nº 1094/2019-MP. Procedimento
Conciliatório na Câmara de Conciliação e
Arbitragem da Administração Federal –
CCAF sobre requisição de servidores pela
DPU – Suspensão da Nota Técnica
26812/2018-MP.

OBJETO COMUM. <u>TCU: classificar o objeto como "comum" não é uma tarefa simples.</u>

JULGAMENTO DE CONTAS e CONTROLE EXTERNO. <u>Disfuncionalidade do processo de julgamento das contas anuais de gestão pelos tribunais de contas.</u>

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

FERIADOS.

PORTARIA MPDG N° 442, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

Divulga os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no ano de 2019, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

CONTRATAÇÃO DE CURSOS E TREINAMENTOS e INEXIGIBILIDADE. PORTARIA AGU N° 382, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

Altera a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009.

ADVOCACIA PÚBLICA.

PORTARIA AGU Nº 936, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

Altera a Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, que dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais e das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, e a Portaria n. 688, de 28 de setembro de 2016, que institui e fixa diretrizes para a implantação, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, do Gerenciamento de Contencioso e dá outras providências.

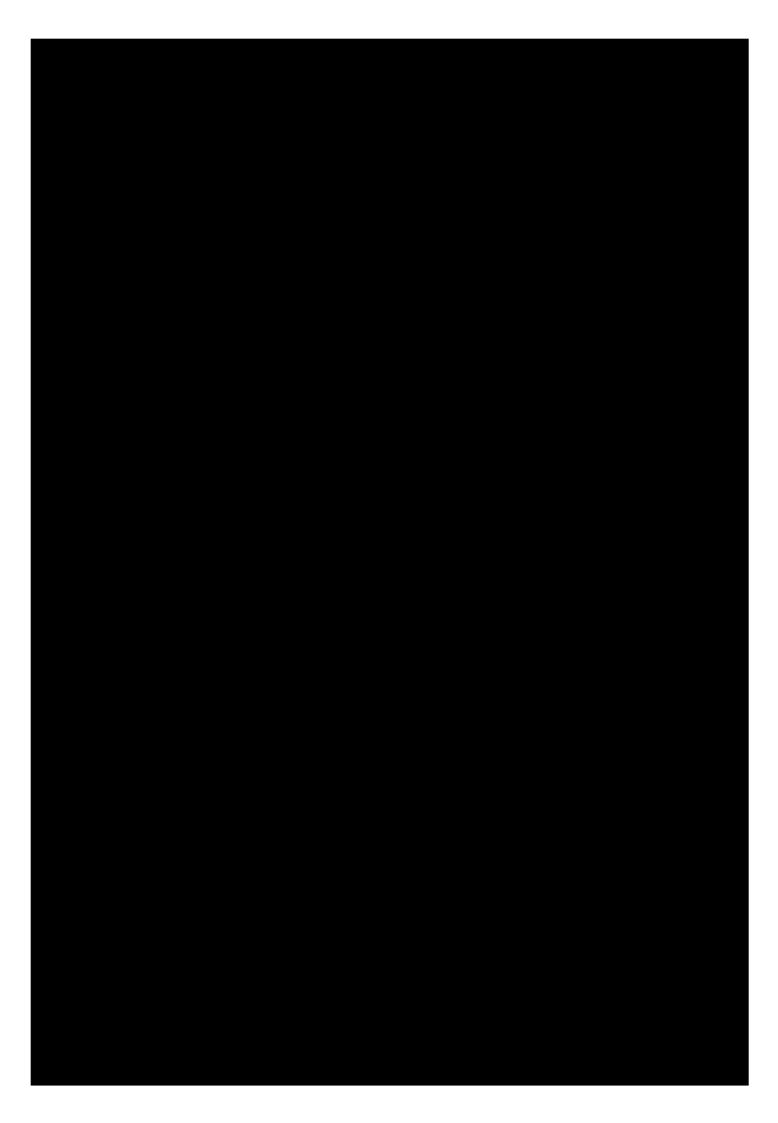
INTEGRIDADE.

PORTARIA CGU N° 57, DE 4 DE JANEIRO DE 2019.

Altera a Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, que estabelece orientações para que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotem

INOVAÇÃO.

PORTARIA MCTIC Nº 6.676, DE 26 DE



TEMÁTICA	NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA
Dados, Informação e Conhecimento	Governo Aberto	40h
	Acesso à Informação	20h
	Elaboração 6	



CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA e DEFICIÊNCIAS SISTÊMICAS.

ACÓRDÃO Nº 3069/2018 - TCU - Plenário.

- 9.2. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, em conjunto, se for o caso, com a Caixa Econômica Federal, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes adote as seguintes medidas:
- 9.2.1. promova a correção das possíveis deficiências sistêmicas em face das seguintes falhas: (i) alta incidência dos valores da administração local em obras com etapas de conservação e manutenção; (ii) uso de roçadas em formato menos econômico; (iii) escavação manual, ao invés de mecanizada; (iv) utilização de serviços medidos por hora; (v) ausência da inclusão de planilhas orçamentárias RDCi no SAO; (vi) unidades divergentes dos Sistemas de Referências; e (vii) disponibilização de planilhas orçamentárias em formatos com difícil manuseio, além de editais sem as planilhas no Comprasnet;

Fontes:

IFS

Ementário de Gestão Pública - EGP Escola Virtual de Governo - EVG

Escola de Administração Fazendária - ESAF

	de Auditoria Interna do IFS faz control pr v ntivo!"	